

Notas para reflexão sobre a doutrina política da Frente Negra Brasileira (1931-1937)

Notes to reflect on the political doctrine of the Brazilian Black Front (1931-1937)

Rodrigo Estramanho de Almeida¹

Resumo: O artigo aborda o nascimento da Frente Negra Brasileira (FNB) na relação com o espírito do tempo autoritário e modernizante dos anos 1930, sugerindo vias de compreensão sobre sua doutrina política, bem como sua estratégia de organização. Nesse sentido, foca-se os princípios ideológicos de algumas de suas principais lideranças em comparação ao discurso e às políticas de Estado do início da era Vargas. Entrementes, o argumento central é de que a doutrina política da FNB estava mais ambientada ao espírito do tempo brasileiro o qual, embora guarde afinidades, se realiza de forma diversa de outras correntes nacionalistas e autoritárias existentes, àquele período, em nações europeias.

Palavras-chave: Frente Negra Brasileira; Era Vargas; Nacionalismo.

Abstract: The article discusses the birth of the Brazilian Black Front (FNB), in relation to the spirit of the authoritarian and modernizing time of the 1930s, suggesting ways of understanding about its political doctrine, as well as your organizational strategy. In this sense, it focuses on the ideological principles of some of its main leaders in comparison to the discourse and state policies of the beginning of the Vargas era. Meanwhile, the central argument is that the political doctrine of the FNB was more accustomed to the spirit of the Brazilian time which, although it has affinities, is carried out in a different way from other nationalist and authoritarian currents existing at that time, in European nations.

Keywords: Frente Negra Brasileira; Getúlio Vargas; Nationalism.

¹ Graduado em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo é Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), pesquisador no Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP. Psicanalista, é membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É autor de A ficção da realidade (Alameda, 2018), entre outros livros, artigos e ensaios. E-mail: estramanho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0650-0896>.

É paradigma que a revolução de 1930 – ao coroar as políticas tradicionalistas das oligarquias do sudeste – inaugura uma nova era da política e dos processos sociais brasileiros. A partir daquela década, os atores e as instituições passam a operar sob um clima de fluxos mais modernos. As organizações sociais, a sociedade civil, serão, de fato, novas. Não se constituirão, no entanto, como reflexo, isto é, imagem invertida, do Estado. Por outro lado, serão concebidas à imagem e semelhança das novas estruturas instaladas ainda no período provisório de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1934.²

Não obstante que a revolução de 1930 tenha marcado profundas transformações, não é demais reafirmar outra conclusão sobre o período: de modo ambivalente, articularam-se às mudanças, no momento, as velhas classes. Tuteladas e protegidas pelo novo Estado, elas serão peças da mudança não mais como protagonistas, mas como coadjuvantes indispensáveis ao processo da modernização conservadora.³

O protagonismo varguista-castilhistas⁴, autoritário e modernizador, amadurecido entre as correntes antioligárquicas, mas não menos autoritárias, da primeira república, garantirá o surgimento de novas forças sociais e a manutenção de velhas classes tradicionais. O moderno e o tradicional farão parceria na consolidação do novo *status quo*.

Do autoritarismo típico da primeira república assumido inclusive pelas frações anarquistas, socialistas e sindicalistas, é que emergirão liberais, positivistas, tenentes, conservadores católicos, centralistas ou federalistas. Lugar comum a todas as correntes, inclusive às de esquerda, será o abandono das formas de representação, a crença na condução da sociedade desde o alto e o credo de que a civilização não emergiria das massas, mas sim do Estado. O fato é que entre os ismos de difícil definição de fins da primeira república, das primeiras três décadas dos anos 1930, não se identifica a questão da representação e da democracia como temas ou problemas.⁵

A palavra ‘partido’ tornar-se-á pejorativa e será sinônimo de facciosidade das velhas oligarquias ou da doutrina enxergada como novo perigo: o comunismo. O Partido Democrático, o último mais liberal e progressista, fundado em São Paulo em 1926, não resistirá aos fluxos autoritários do novo período e sucumbirá à gramática varguista modernizadora. Em lugar de partidos, será a vez das Alianças, Ações e Frentes políticas e/ou de classe.

É nesse espírito do tempo que nasce, em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira – FNB, que pode ser considerada a primeira associação brasileira da causa negra no Brasil moderno e que, assim como todo e qualquer movimento social do período, não é de fácil caracterização doutrinária, pois reitera-se, agora nas palavras da própria FNB registradas em seu órgão de imprensa *A Voz da Raça*, que “do advento revolucionário de 1930, nasceram várias instituições tomando a denominação de

² Há uma farta bibliografia sobre a Revolução de 1930. Nos baseamos em: NOGUEIRA, 1998; FAUSTO, 1997.

³ Sobre o tema da modernização conservadora ver VIANNA, 1997.

⁴ Sobre a doutrina política castilhistas ver PAIM, 1989a e b.

⁵ Sobre esse aspecto ver PAIM, 1989 e CARVALHO, 2004.

Frentes: dentre as quais a Frente Negra Brasileira.” (A Voz da Raça, III, n.62, 1937: 2)⁶. A esse respeito, esclarece Petrônio Domingues que

a Frente Negra Brasileira – União Político-Social da Raça – foi fundada em assembleia realizada no salão da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, no centro da cidade de São Paulo (...). Tratou-se de uma tentativa por parte da população negra de se unir, organizar-se em torno de uma entidade que lutasse pelos seus direitos e, finalmente, contar com um local onde pudesse exercer a sua sociabilidade. Ademais, o momento político era propício ao surgimento de instituições desse tipo. Após a revolução de 1930, nasceram várias instituições que se proclamavam frentes. (DOMINGUES, 2018: 237)

Não obstante, o movimento negro organizado tem, no Brasil, suas origens no último quartel do século XIX, quando, ainda no Império, entrelaçavam-se às correntes abolicionistas, bem como ao próprio processo da abolição da escravatura consolidado na lei áurea de 1888. É de 1873 a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, fundada no Rio de Janeiro, e é de 1888 a Guarda Negra, fundada para defender a monarquia dos ataques da propaganda republicana. No período republicano ressalta-se a criação do jornal *Clarim da Alvorada* em 1924 por Jayme de Aguiar e José Correia Leite e o Centro Cívico Palmares, fundado em 1929.⁷

Entretantes, o fato é que “apesar dos diversos jornais e entidades criados desde o final do século XIX, na rara literatura a respeito cristalizou-se uma imagem das associações negras como pouco organizadas e não politizadas” (GOMES, 2005: 45). Daí que, como propõe o autor, é demasiado arriscado registrar tal afirmação sem análise fina de conteúdos expressos principalmente nos veículos de comunicação dos movimentos e que é arriscado, também, propor uma linha de continuidade entre os movimentos negros de fins do século XIX e início do século XX.

Muito embora possamos identificar relações, como, por exemplo, um dos criadores do *Clarim da Alvorada*, José Correia Leite, que aparece entre os signatários da criação da Frente Negra Brasileira, não se pode afirmar com certeza que suas aspirações ideológicas, quais sejam, contra o ideário monarquista da principal liderança da FNB, que foi Arlindo Veiga dos Santos, eram levadas a cabo pelo movimento.

O fato é que, como não poderia deixar de ser em tempos de tantos ismos, José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos, não se entendiam quanto ao fundamento político da Frente. Em depoimento de fins dos anos 1990, diz Correia Leite que “o Arlindo Veiga dos Santos era um sujeito muito insinuante, carismático e estava rodeado por uma porção de negros analfabetos e que não entendiam nada de patrianovismo, de ideias monarquistas (...)” (LEITE apud BARBOSA, 1998: 66).

Destarte, fica claro que não podemos inferir, apenas pelas ideias de Arlindo Veiga dos Santos, as quais não eram aceitas em uníssono, que a Frente Negra Brasileira tinha ideais monarquistas em seus propósitos. A concorrência de pontos-de-vista será o tom

⁶ Extraído de FERRARA, 1986.

⁷ Sobre a história do movimento negro organizado no Brasil ver GOMES, 2005.

ideológico da Frente Negra, até porque “nesta etapa [1930-1937], o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (DOMINGUES, 2007: 105), mas as ideias registradas em seus estatutos e em seu veículo de imprensa, o jornal *A Voz da Raça*, podem, como veremos, ser mais bem entendidas sobre o contexto político dos anos 1930 do que a partir de reminiscências de movimentos anteriores. A Frente Negra Brasileira, antes de ser um veículo de velhas ideias da organização negra é um movimento típico do Brasil moderno, urbano e industrial que nasceu em meio às transformações da revolução de 1930.

Sobre esse aspecto, o que é recorrente na produção sobre a FNB é que o movimento estará profundamente condicionado pela “conjuntura internacional de ascensão do nazifacismo” (DOMINGUES, 2007: 107). Transbordam também, aos montes, classificações desse tipo acerca de Getúlio Vargas, principalmente na caracterização ideológica do Estado Novo (1937-1945). De fato, afinidades com o tempo e com a conjuntura internacional não são, deveras, de se excetuarem por completo, mas estas classificações duras que desconsideram a evolução de nossas correntes autoritárias a despeito dos fatores internacionais são, quase sempre, enviesadas e incompletas, pois não dão conta da complexidade que encerra os eventos do segundo período republicano brasileiro.⁸

O princípio doutrinário de integração, o anticomunismo e a construção da ordem na pátria não adentram corações e mentes brasileiros apenas pelas afluências nazifascistas da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler. O positivismo, tão advertidamente presente na doutrina republicana brasileira e sobejamente incrustado ao castilhismo, de Getúlio Vargas incorpora elementos que, a princípio, sem análise cuidadosa, podem parecer afins com alguns fundamentos do totalitarismo. A força do tempo engana, pois o totalitarismo não será jamais admitido completamente, tal como no molde ítalo-germânico, por atores ou instituições brasileiras.⁹

O fato é que

em fins da República Velha, contudo, os socialistas democráticos acabariam atraídos para a órbita da Aliança Liberal e, após 30, colaborando com a estatização do sindicalismo, promovida pelos castilhistas em nome do lema cometeano de “incorporação do proletariado à sociedade moderna”. O Partido Comunista, que, na década de vinte, nunca passara de uma pequena seita, receberá no fim do período a adesão de uma das facções do tenentismo, o que o habilitaria a desempenhar certo papel na luta política dos anos trinta (...). A herança da República Velha é, assim, de ponta a ponta, autoritária. (PAIM, 1989: 248)

Ora, não seria a Frente Negra Brasileira, suas aspirações políticas e doutrinárias, mais um resultado do amadurecimento das correntes políticas da primeira república do que simplesmente um efeito da recepção de ideias externas?

De fato que a FNB “notabilizou-se por defender um programa político autoritário e ultranacionalista” (DOMINGUES, 2007:107), mas isso não foi especificidade apenas

⁸ Sobre este aspecto ver OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982.

⁹ Sobre este aspecto ver PAIM, 1989 e OLIVERIA; VELLOSO; GOMES, 1982.

deste movimento – era fator marcante em todas as correntes políticas dos anos trinta, excetuando os comunistas por seu internacionalismo que será condenado por todos os outros, inclusive pela FNB. Assim, concordamos também que “o subtítulo do jornal *A Voz da Raça* era sintomático: “Deus, Pátria, Raça e Família”, diferenciando-se do principal lema da Ação Integralista Brasileira (AIB) apenas no termo “Raça”.” (DOMINGUES, 2007:107). Entretanto diferentemente, em nossa compreensão, isso pode também ser indício das afinidades da FNB com seu espaço e tempo - anos trinta e Brasil - posto que o próprio integralismo tem origens constatadas nas correntes conservadoras católicas de fins do século XIX, antes mesmo de suas consonâncias com o fascismo europeu. Além, tradicionalistas como Jackson de Figueiredo e Carlos Laet, que influenciarão o integralista Plínio Salgado, tinham, tal como Arlindo Veiga dos Santos, nostalgias monarquistas. Ainda, sintomático da gramática do moderno é o artigo terceiro dos Estatutos da Frente Negra Brasileira que registra:

A Frente Negra Brasileira, como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física, assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. (Estatutos da FNB publicados no Diário Oficial e registados em 4 de nov. 1931)¹⁰

O artigo está sintonizado, antes mesmo de qualquer ressonância com o mundo externo, às características proeminentes do plano de modernização empreendidos por Getúlio Vargas. Tal como nas primeiras instituições do governo provisório (1930-1934) que atina, pela primeira vez na história brasileira, às políticas sociais de educação, trabalho e saúde, a Frente Negra Brasileira reconhece que era preciso realizar a modernização de homens e mulheres pretas e isto significava gerar os aportes morais e materiais que garantissem o aparecimento do cidadão negro inserido e integrado à sociedade de classes.¹¹

Daí que não é tão simples afirmar que a lógica do branco contaminava os valores doutrinários da FNB. Queriam branquear-se ou adentrar, também, a ordem moderna? Lugar ao sol no novo estado de coisas não podia significar organizar-se sob a lógica do novo Estado tal como fizeram as outras classes e partidos? Evidentemente que o elemento étnico não pode ser desconsiderado, mas, sobre esse foco, boas análises foram realizadas.¹² É fato que a política dirigente dos anos 1930 é a política dos brancos, mas ela não era, como outrora, apenas para os brancos. Notório e ainda mais sintomático, neste sentido, é o Programa Orgânico-Sindical do principal líder da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, quando candidato à constituinte classista de Vargas, contra o “argentarismo e o bolchevismo”, registra:

O Estado que defenderei para, para o Brasil, como necessidade absoluta de valorização da Terra, do Sangue, do Trabalho e do Espírito, é o Estado Orgânico-Sindicalista, em que se representarão “realmente” as forças produtoras da Nação, destruindo automaticamente todos os agentes da exploração nacional que se criam e se sustentam no desmoralizado Estado liberal-democrático. Naquele Estado, terão representação garantida as expressões da realidade nacional (...) (SANTOS apud OLIVEIRA, s/d:117)

¹⁰ Extraído de FERRARA, 1986.

¹¹ Sobre este aspecto ver FERNANDES, 1965.

¹² Ver RAMOS, 1954 e FERNANDES, 1965.

O clima do discurso é moderno, urbano, industrial e, em gênero, número e grau, consonante às políticas do Estado varguista. À gramática do moderno¹³ vão unir-se, no manifesto de Veiga, a questão da raça, do corporativismo e da negação do comunismo. E, segundo Veiga, somente cumpridas as tarefas do moderno na agenda política é que o negro, enfim, encontraria sua “integralização absoluta, completa (...) em toda a vida brasileira”. Primeiro o moderno, segundo o negro moderno – capacitado moral e civicamente – e, por último, o negro no moderno, integrado. Etapas autoritariamente dirigidas, potencializando o caráter nacional brasileiro com a integração capacitada de homens e mulheres pretos. A questão étnica está, portanto, para a FNB, diretamente relacionado à questão cívica e moral. A estratégia deve ser, pois, segundo os propósitos da FNB, civilizatória e não só racial, mesmo porque os caminhos da integração estão abertos, segundo os correligionários da Frente, pela vereda da modernização.

Assim é que deve haver “valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças, de modo que mais tarde, possam assimilar nacional e racialmente todos os elementos adventícios” (SANTOS apud OLIVEIRA, s/d: 118). A doutrina de Veiga e dos estatutos da FNB são assim, de algum modo, condicionados pela doutrina maior dos anos 1930, que é o autoritarismo como instrumento de construção do moderno¹⁴. Assim, se suas consonâncias com o fascismo possam parecer – erroneamente - elementares em alguns pontos é porque o tempo é só um: crise do sistema liberal-democrático expresso concretamente na crise econômica de 1929, comunismo como realidade objetiva, desconhecida e tida como perigosa, assembleias de classes e a questão cívica e moral compreendida como porta de acesso à entrada das nações na esteira do desenvolvimento econômico típico do século XX. Essa é a linhagem doutrinária de integralistas, positivistas, e porque não do movimento negro organizado. À guisa de compreensão, vejamos se as palavras de Vargas não vão ao encontro das de Veiga:

Faz-se mister congregar todas as classes em uma colaboração efetiva e inteligente(...) Tão alevantado propósito será atingido quando encontramos, reunidos numa mesma assembleia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado(...) Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova forma de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas circunscritas à órbita do Estado(...) (VARGAS, 1931)¹⁵

O Estado como expressão direta das vontades sociais, integrado não como antagonista da sociedade organizada, mas como seu resultado direto. Essas são as características da coordenação da nação pensadas por Getúlio Vargas e também por Arlindo Veiga Santos. O princípio de autoridade, intocado, é o único capaz de conduzir a massa que não está representada em associações e sindicatos e assim que a Frente Negra Brasileira é a “força política organizada (...) para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais” e pleitear “dentro da ordem legal instituída ao Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente

¹³ Utilizamos ‘gramática do moderno’ sob inspiração de NUNES, 2003.

¹⁴ Ver SANTOS, 1978.

¹⁵ Discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas em 4 de maio de 1931.

Negra Brasileira, efetivando sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro” (Estatutos da FNB publicados no Diário Oficial e registados em 4 de nov. 1931)¹⁶.

Assim, para a FNB, mais importante do que o reconhecimento das raízes históricas e culturais do povo preto, era sua incorporação na ordem brasileira moderna. Logo, “a expectativa da FNB era não só incluir o tema do racismo na pauta política como promover melhores condições de vida, saúde, educação e emprego.” (GOMES, 2005: 53). Os departamentos que mantinha em sua sede (saúde, instrução, esportes, imprensa, artes e ofícios, jurídicos e etc.) era a expressão empírica da necessidade de modernização além da formação de uma agenda política contra o preconceito racial. Ainda, as festas, clubes e as atividades de entretenimento promovidos pela FNB consistiam na oportunidade do negro, segregado na nova sociedade de classes, em viver o seu próprio lazer moderno e realizar sua sociabilidade.

Em estudo feito sobre a imprensa negra, Clóvis Moura, ao analisar o jornal *A Voz da Raça* – publicação oficial da FNB – afirma que “apesar de *A Voz da Raça* já reivindicar politicamente uma posição para o negro, ainda perduram, dentro do contexto do protesto, aqueles postulados anteriores de um código ético para o negro, via instrução e consciência de que ele deveria igualar-se, pela educação, ao branco.” (MOURA, 2002: 8).

Entretanto, numa problematização mais compreensiva, podemos afirmar que as reivindicações políticas de *A Voz da Raça* consistiam em afirmar a existência do negro enquanto tipo social a ser contado pelo Estado e isto significava, inclusive, capacitar o negro nos quadros do *establishment*. Lembremos que o termo reforçado nos estatutos da FNB, bem como no discurso de Getúlio Vargas, é integração. Assim, o movimento negro organizado em São Paulo nos anos 1930, em nossa compreensão, soa deveras realista frente aos novos tempos ao apostar em vias reais e institucionais de condução da integração e não apenas na busca de uma suposta igualdade, pois a FNB reconhece: é Negra, antes de ser Brasileira. Ora, em artigo no primeiro número de *A Voz da Raça* registra Arlindo Veiga dos Santos:

Neste gravíssimo momento histórico da nacionalidade brasileira, dois grandes deveres incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na Frente Negra Brasileira: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas(...) a Nação acima de tudo (SANTOS In: *A Voz da Raça*, a.1, n.1, 1933: 1)

O texto intitulado *Aos Frentenegrinos* fala primeiro em deveres e não em direitos. O marco reivindicatório pode ser compreendido como aquele em que o negro deve assumir lugar na nação brasileira. Segundo Veiga, defender sua raça e defender sua pátria. A convocação é, pois, centralista, nacionalista, integradora, posto que, na interpretação de Veiga, direitos são consequências de deveres cumpridos. Ao longo do artigo não é ressaltado o passado de violências contra o negro escravizado, tampouco a centralidade desse tipo social na economia colonial e nenhuma palavra sobre a exploração e violência sofridas por séculos. Por outro lado, a gramática do moderno é a condicionadora do discurso. A

¹⁶ Extraído de FERRARA, 1986.

ideia é *daqui para a frente* e não *o que foi nosso passado* e assim que “ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessária a mais devotada e firme disciplina. Condição única da vitória.” (SANTOS In: *A Voz da Raça*, a.1, n.1, 1933: 1) e para o negro brasileiro “alcançar(...) legítimos direitos no campo social, econômico e político – é mister [cumprir] os mandamentos da lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem.” (SANTOS In: *A Voz da Raça*, a.1, n.1, 1933: 1)

Nas palavras de Veiga, primeiro os deveres, depois os direitos. Deveres e direitos são pautas da agenda política do Brasil moderno e são pautas do FNB. Para que se registre, esse mesmo número do jornal traz na página três uma foto do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, com uma liderança da FNB, abaixo da qual registra-se a seguinte legenda “*Na fotografia acima, vemos o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em companhia do Sr. Isaltino B. Veiga dos Santos, Secretário Geral da F.N.B., logo após audiência especial, concedida à Frente Negra Brasileira, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis.*” (*A Voz da Raça*, a.1, n.1, 1933: 3). Adiante, sob a égide autoritária e ditatorial do Estado Novo (1937-1945) a FNB, bem como todas as outras Frentes, associações e partidos serão fechados pela polícia política de Vargas.

Entrementes, *A Voz da Raça* adverte em seu subtítulo “O preconceito de cor no Brasil só nós os Negros podemos sentir” (*A Voz da Raça*, a.1, n.1, 1933: 1). Pouco a frente no tempo, em chamamento étnico e moderno, sobejamente embebido nos ideais morais e associativos dos anos 1930, convoca o *A Voz da Raça* em seu sexagésimo sétimo número: “Negro, não te envergonhes de ser negro! Alista-te nas fileiras frentenegrinas, si é que queres elevar o nível moral e intelectual da Raça” (*A Voz da Raça*, a.4, n.67, 1937: 1). Leia-se: Negro, queres sentir-se no seu tempo?

Com estas considerações e à guisa de uma classificação compreensiva da doutrina política da Frente Negra Brasileira, propomos que: a) A FNB é uma entidade que deve ser compreendida dentro da lógica das correntes políticas amadurecidas entre os anos 1870 e 1930; b) o princípio de ordem e autoridade como o único capaz de garantir a liberdade, por meio do cumprimento de deveres cívicos e morais que levam aos direitos sociais, é a pedra de toque da doutrina da FNB; c) na doutrina política da FNB, seus correligionários devem primeiro capacitar-se para então integrar-se à Pátria; d) para a FNB, a formação de quadros negros possibilitará a liderança negra e sem ela os tópicos (b) e (c) não são passíveis de realização.

De certo que estas últimas proposições não estão lastreadas empiricamente no presente ensaio, mas podem contribuir para uma agenda de pesquisa mais compreensiva acerca dos inícios do movimento negro organizado no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marcio. (1998). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje.
- CARVALHO, José Murilo de. (2004). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

DOMINGUES, Petrônio. (2007) Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v.12, n.23, p.100-22.

DOMINGUES, Petrônio. Frente Negra/ Legião Negra. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. (orgs.). (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p.237-243.

FAUSTO, Boris. (1997) *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

FERNANDES, Florestan. (1965) *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 2. São Paulo: Dominus.

FERRARA, Miriam Nicolau. (1986). *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/ USP.

GOMES, Flávio. (2005) *Negros e política (1888 – 1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MOURA, Clóvis. (2002) Estudo crítico. In: *Imprensa Negra*. São Paulo: Imprensa Oficial.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. (1998) Os anos 30 e a nova forma do Estado. In: _____. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra.

NUNES, Edson. (2003). *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

OLIVEIRA, André Cortês. (s/d). *Quem é a “gente negra nacional?”: Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: UNICAMP.

OLIVEIRA, Lucia Lippi.; VELLOSO, Mônica Pimenta.; GOMES, Ângela Maria Castro. (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PAIM, Antonio. (1989a) Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: _____.; BARRETO, Vicente. (orgs.). *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.

_____. (1989b). Correntes e temas políticos contemporâneos. In: PAIM, Antonio.; BARRETO, Vicente. (orgs.). *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.

RAMOS, Guerreiro. (1954) O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, fev., p.189- 220.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. (1978). In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, p. 65 - 131.

VIANNA, Luiz Werneck. (1997). *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Recebido em 10/2020 – Aprovado em 11/2020